

## **Declaração de voto sobre os documentos de prestação de contas da Câmara Municipal referentes a 2010**

Pela leitura dos documentos de prestação de contas da Câmara referentes a 2010 constata-se que, apesar do baixo nível de investimento realizado em 2010, se registou um claro agravamento da situação das finanças municipais.

Uma leitura menos atenta do documento podia conduzir à ilusória conclusão de que a situação financeira do Município é sólida e que se encontra controlada. Infelizmente não é assim.

Desde logo convém ter presente que a situação a 31 de Dezembro não reflecte, ainda, a verdadeira situação financeira da Câmara já que a grave e aventureira decisão, tomada em 2010, de contracção de um empréstimo de 39 Milhões de Euros não está ainda traduzida nestas contas.

Este oneroso empréstimo, que começou já a ser gasto mas que só começará a ser amortizado em 2014, vai condicionar brutalmente a saúde e o futuro das finanças camarárias.

Constata-se com incredulidade, o não cumprimento da Lei dos Serviços Públicos Essenciais nos SMAS, que deveria ter uma incidência negativa de 5,1 Milhões de Euros no endividamento líquido da Câmara, o que ilude e branqueia a verdadeira situação das finanças municipais.

Contudo, a maioria socialista não consegue esconder a existência declarada de 38,2 Milhões de Euros de dívidas, sendo 29,2 Milhões de curto prazo, em grande parte a pequenos fornecedores sedeados no concelho que aguardam muitos meses para receber o que lhes é devido.

Assim se soma mais crise à crise, se asfixiam pequenos empresários a braços com a pior crise dos últimos 30 anos, assim se compromete a economia local e se remetem para o desemprego muitos cidadãos no concelho.

Se quanto à situação financeira estamos conversados, no que se refere aos níveis de actividade camarária, medidos pelas Taxas de Execução, a situação não pode deixar de se classificar como lastimável.

Numa demonstração clara da incapacidade desta maioria em administrar os recursos, agora ainda mais escassos, que o Município tem à sua disposição, o nível de execução das acções constantes do PPI não atinge sequer metade do previsto, quedando-se nuns elucidativos, inaceitáveis e vergonhosos 48,8%. Ou seja, há pouco dinheiro, mas nem esse se consegue aproveitar para fazer as obras e actividades previstas...

Perante o início da mais grave crise social das últimas décadas como reage a Câmara Municipal?

Esperavam-se políticas decididas e capazes de contribuir para a coesão e integração sociais das populações, apostando no apoio ao associativismo, ao desporto, à cultura e à educação.

Mas a maioria socialista reagiu da pior e mais inesperada forma.

Fez cair abruptamente o investimento nas funções sociais da autarquia.

Quem o diz não são apenas os vereadores da CDU, é o próprio documento na p.823 que afirma “ As funções que mais desceram [face a 2010] foram as funções sociais nomeadamente a educação e os serviços culturais, recreativos e religiosos” e mais adiante, na p.824, o quadro

51 esclarece que de uma dotação inicial de € 52 395 443,89 se gastaram apenas € 22 177, 292,62.

Que mais se pode acrescentar quanto a sensibilidade social de quem governa a Câmara?

A prestação de contas que a maioria traz a este órgão para aprovação constitui uma esclarecedora confissão sobre a grave situação financeira em que o Município se encontra, os baixíssimos níveis de execução do Plano de Actividades e a manifesta insensibilidade social da maioria.

Por discordarem profundamente destas opções, por terem apresentado em momento adequado propostas fundamentadas e responsáveis para políticas diferentes, os vereadores da CDU não podem dar o seu acordo e o seu voto a este documento que espelha bem para onde a gestão PS conduziu o concelho.

Em coerência só podíamos, como fizemos, votar contra.

Loures, 13.Abril.2011

Os Vereadores da CDU

Paulo Piteira

António Pombinho

Maria Eugénia Coelho